

2. Desenvolvimento sob Crítica

2.1. O desenvolvimento como chave de interpretação

Já foi mencionado que o seminário de Marx, do qual participaram muitos intelectuais que vieram a fundar o CEBRAP, tornou-se um mito fundador dessa geração⁴¹. Contudo, mais do que isso, a referência marxista foi utilizada por essa geração de intelectuais para atualizar e reforçar o caráter científico e empírico de seu trabalho em contraposição a uma perspectiva de análise considerada ideológica, pautada pelo pensamento nacionalista cuja origem estava no regime de 1946.

Após o golpe militar, a crítica ao nacionalismo adquire força à medida que sua estrutura semântica é questionada. O conceito de populismo é de extrema relevância e compartilhado em praticamente todas as obras analisadas, pois ele é responsável pela historicização do nacionalismo a partir de uma narrativa crítica aos processos políticos a este relacionados.

Nas categorias formuladas por Koselleck, pode-se afirmar que o golpe militar foi uma experiência de surpresa. Há, nesse caso, uma re-escritura da história, na medida em que a escrita do nacionalismo passa a ser desvalorizada como um discurso científico e é, paulatinamente, substituída por outras interpretações. A narrativa que se desenvolve no curto prazo, como é próprio da surpresa, é enriquecida por debates e trabalhos que se acumularam no médio prazo, espaço de tempo definido por Koselleck como o de uma geração.

No caso, a geração em questão é uma geração intelectual, identificada com o CEBRAP, responsável pela escritura da narrativa que aos poucos se torna predominante e que explicará tanto o golpe como também realizará um esforço de compreensão do regime militar. Essa escrita de médio prazo, entretanto, só é compreendida à luz da histórica postura de oposição que a Escola Paulista, em especial com Florestan Fernandes, teve com relação aos intelectuais isebianos, que por sua vez eram marcadamente nacionalistas.

É interessante notar como nesse momento os paradigmas construídos na experiência de crítica ao Estado Novo e à República de 1946, após o golpe militar,

⁴¹ SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil**: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

se atualizam perante o momento de expansão da economia brasileira no início da década de 1970. É esse também o momento de fundação do CEBRAP.

Sua origem está relacionada ao projeto existente no Departamento de Ciências Sociais da USP de criação de um instituto autônomo, sem vinculações com o Estado. Em 1969, liderado por Fernando Henrique Cardoso, esse projeto se torna realidade catalisado pela onda de expurgações promovidas pelo regime militar nas principais universidades do país. O instituto elaborou duas publicações principais: a revista *Estudos CEBRAP* e os *Cadernos CEBRAP*. A primeira tornou-se o principal meio de divulgação do instituto, ao passo que a segunda constituiu uma alternativa para publicações mais elaboradas dos principais intelectuais ligados ao instituto.

Bernardo Sorj chama a atenção para o fato de que a grande maioria das publicações nos primeiros anos do instituto, em especial as publicações do grupo de intelectuais originários do CEBRAP e que com esse tinham vínculo efetivo⁴², se concentravam em três temas: em primeiro lugar, teoria e metodologia de análise social, em segundo, estudos demográficos e, em terceiro, estudos sobre a economia brasileira. Os últimos dois temas têm estreita relação com o processo de modernização brasileiro analisado sob a ótica de expansão do capitalismo durante o regime militar. Cabe destacar ainda a necessidade de financiamento do instituto, o que motivava a realização de pesquisas de estudos demográficos, que eram as mais requisitadas por empresas particulares.

As pesquisas realizadas por encomenda, entretanto, não são uma exceção ao horizonte de preocupações próprios do momento histórico no qual se inseria o Centro em seu início. Mesmo as pesquisas demográficas realizaram o importante papel de identificar mudanças estruturais na sociedade brasileira resultantes do crescimento econômico. Bernardo Sorj afirma que, nesse momento, a necessidade de financiamento e a profissionalização da pesquisa impediram que interessantes vertentes teóricas se desenvolvessem, tais como as sugeridas pelos conceitos forjados por Fernando Henrique Cardoso, podendo ser citado o de burguesia estatal; ou mesmo o debate sobre dependência e desenvolvimento tal como posto pela discussão entre Fernando Henrique e Francisco Weffort.

⁴² Bernardo Sorj considera os seguintes intelectuais como membros efetivos do instituto: Fernando Henrique Cardoso, José Giannotti, José Serra, Vinicius Caldeira Brandt, Elza Berquó, Juarez Brandão Lopes, Procópio Camargo, Vilmar Faria, Bolívar Lamounier, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Francisco Weffort, Carlos Estevam Martins e Octávio Ianni.

O relativo abandono dessas vertentes teóricas, tal como sugerido por Bernardo Sorj, no entanto, não é total. Afinal, é sobre os conceitos e paradigmas forjados na década de 1960 que a análise do desenvolvimento brasileiro irá se realizar. Sob certos aspectos, o Milagre impulsionou a narrativa gerida na Escola Paulista; contudo, não deixa de ser interessante observar como pequenas mudanças de prioridade e de ordenação reorganizam o leque conceitual para que este se adequasse a novos problemas postos na década de 1970. A associação entre o regime militar e o desenvolvimento brasileiro sugere uma crescente atenção sobre o conceito de autoritarismo, importante para o desdobramento do debate democrático que se dará em fins da década de 1970.

O centro do discurso crítico da década de 1970 está na desconstrução do conceito de desenvolvimento tal como imaginado pelo nacionalismo-desenvolvimentista do ISEB e da CEPAL, sob a experiência do Milagre econômico. Logo, é importante uma breve exposição do significado do referido conceito dentro do discurso nacionalista.

Até este momento, a presente dissertação falou sobre o nacionalismo-desenvolvimentista do ponto de vista de seus críticos. No entanto, para perceber os pontos de ruptura de maneira mais clara, é importante que se analise o nacionalismo-desenvolvimentista tal como forjado pelo instituto eleito pela Escola Paulista como seu interlocutor: o ISEB⁴³. Se por um lado seria fantasioso afirmar que o ISEB sozinho foi o responsável por forjar o nacionalismo-desenvolvimentista, por outro seria leviano não reconhecer nesta instituição a principal fiadora de conceitos centrais na experiência política brasileira do final dos anos de 1950 e início dos de 1960. A história desses intelectuais expõe uma trajetória de crescente engajamento político em torno dos temas do nacionalismo e do desenvolvimento.

Cabe destacar, neste ponto, que o nacionalismo não foi um movimento político e cultural uníssono; portanto reconhece-se as inúmeras controvérsias e debates que permearam o seu processo de construção, mesmo quando restrito apenas ao espaço do ISEB. Entretanto, para fins desse trabalho, é importante que

⁴³ O nacionalismo em questão, neste capítulo de modo particular e na dissertação de maneira geral, é o nacionalismo-desenvolvimentista tal como concebido no ISEB e na CEPAL. Não se trata, portanto, do nacionalismo militar que ganha força no período do Milagre.

alguns pontos-chave de sua argumentação sejam destacados de modo a entender de que forma os intelectuais da Escola Paulista travaram com ela um diálogo.

Para Vanilda Pereira Paiva⁴⁴, muitos desses intelectuais beberam em fontes filosóficas que flertaram com posturas autoritárias e elitistas – quando assim não eram descaradamente. Ainda segundo a autora, a experiência das eleições de 1950 levou paulatinamente esses homens, dentre os quais ela destaca Helio Jaguaribe e Roland Corbisier, à incorporação em seu projeto do reconhecimento e da defesa do ingresso dos setores populares no cenário político brasileiro e à defesa do desenvolvimento, sempre a partir do material conceitual oriundo da síntese existencialismo-culturalista.

O conceito de povo adquire centralidade dentro desse contexto. Daniel Pécaut, ao analisar o lugar desse conceito no pensamento isebiano afirma que ele cumpriu a função de mostrar que:

“[...] nada escapa à vontade dos homens. Nem mesmo os processos econômicos, pois são regidos por uma finalidade que os tornava equivalentes a atos de vontade: a própria economia se torna subjetiva. No ‘projeto’, a vontade humana encontra o processo.”⁴⁵

A ascensão do povo, neste contexto, é associada ao mesmo processo no qual ganha sentido o conceito de ideologia. Pécaut chama esse conjunto de idéias de evolucionista e orgânica. Sobre isto, ele afirma:

“Que significa, nessas circunstâncias, a promoção do povo a sujeito político? Simplesmente que ele se apropria de uma consciência da nação e do desenvolvimento que lhe era preexistente. Preexistente de forma exterior, pois a ideologia nacional e desenvolvimentista era uma antecipação do que deveria se tornar o ‘sentimento’ popular. E também de forma interior, já que o movimento no sentido da transformação em sujeito político é inerente ao próprio ‘ser’ do povo.”⁴⁶

Pécaut afirma ainda que essa visão articula Estado, povo e nação em uma visão orgânica do desenvolvimento brasileiro. Na ótica dos principais intelectuais do ISEB, Estado, povo e nação estariam unidos em torno da ideologia que

⁴⁴ PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁴⁵ PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. P. 127.

⁴⁶ Ibid. P. 136.

proporcionaria o desenvolvimento do país, ou seja, em torno da ideologia do nacionalismo.

O desenvolvimento abarcaria não apenas o crescimento econômico. O autor mostra como seu sentido é ampliado. O desenvolvimento torna-se um conceito central para construir o eixo temporal em torno do qual ganham sentido os demais conceitos articulados nos debates promovidos pelo ISEB. O desenvolvimento aponta para a afirmação plena da soberania brasileira e da consciência que seu povo adquire de si mesmo e de seu destino.

Vanilda Paiva enxerga três categorias importantes na formulação dessa perspectiva teórica. São essas as categorias de fase, etapa e estrutura-tipo, presentes em especial no pensamento de Helio Jaguaribe⁴⁷, mas também com reflexos em outros autores, como é o caso da obra de Guerreiro Ramos. A partir delas é possível pensar o desenvolvimento imerso dentro de um tempo histórico que promoveria a efetiva independência do país. Ou seja, o desenvolvimento só se torna possível a partir da compreensão efetiva da circunstância histórica em que se encontra o Brasil. Essa circunstância é compreendida dentro de uma estrutura faseológica que só adquire sentido no impulso de superação de etapas em direção ao futuro moderno. Uma ideologia autêntica é aquela que cumpre esse objetivo ao organizar os setores modernos da sociedade, como o faz o nacionalismo, em torno da superação das etapas históricas do desenvolvimento.

Já foi comentada a relação orgânica e unitária que é pretendida, nesse contexto, para a relação entre Estado, povo e nação. Essa unidade se contrapõe a interesses externos que impedem uma plena independência brasileira. É somente imerso na mencionada estrutura temporal que esta unidade ganha sentido de ação. Modernidade e independência se confundem, e é por meio do desenvolvimento que serão alcançados. A política, então, não se pautará por uma lógica de conflito entre classes ou entre Estado e sociedade civil, como a Escola Paulista posteriormente irá reivindicar, mas sim entre os que estão atrelados ao passado, ao atraso e os que promovem a modernização do país. Assim, também a disputa política deve ser compreendida no eixo temporal onde o nacionalismo ocupa um lugar central.

⁴⁷ Ver, por exemplo: JAGUARIBE, Helio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

Esse eixo temporal torna-se uma interpretação do tempo histórico brasileiro, que permeia o conceito de nacionalismo, que será um importante orientador de ações políticas que marcaram a República de 1946, tal como a aliança entre o PCB e o trabalhismo, fortemente criticada por grupos que se consideram à esquerda dos comunistas. Dada a grande proximidade entre os conceitos de desenvolvimento e nacionalismo, também nos debates econômicos os significados que foram conferidos ao nacionalismo pelo ISEB e mesmo pela CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina, importante órgão para a elaboração de políticas públicas de cunho nacionalista; sofreram pesadas críticas.

Na década de 1960, em meio à crítica que tinha no populismo um conceito chave, o desenvolvimento ocupava ainda um lugar de destaque no discurso predominante na Escola Paulista. Afinal, é imprescindível às teorias da modernização o reconhecimento do processo de industrialização de uma dada sociedade. O conceito não havia perdido a centralidade que havia lhe caracterizado no nacionalismo-desenvolvimentista, em especial tal como formulado no ISEB. A temporalização à qual remete o conceito de transição, por vezes utilizada por Weffort e por Ianni, só podia ser compreendida quando referida ao conceito de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento não é importante apenas para historicizar o nacionalismo, mas também para conferir um sentido à narrativa histórica. Um ano antes do golpe militar de 1964, Octavio Ianni, Gabriel Cohen, Francisco Weffort e Paul Singer publicaram um livro intitulado *Política e Revolução Social no Brasil*. O objetivo do livro é, fundamentalmente, analisar o recente desenvolvimento brasileiro e as perspectivas para a esquerda política do país. O artigo de Weffort é o mesmo que posteriormente foi publicado no livro *O Populismo e a Política Brasileira*, sobre a relação entre o Estado e as massas no Brasil.

O capítulo escrito por Octavio Ianni é especialmente relevante para a discussão em torno do conceito de desenvolvimento. Já neste artigo aparecem alguns pontos de ruptura com relação à estrutura conceitual do nacionalismo-desenvolvimentista que serão aprofundados posteriormente, na obra *O Colapso do Populismo no Brasil*.

Nesse artigo a visão em perspectiva adotada pelos intelectuais paulistas com relação ao nacionalismo aparece de forma bastante clara. Veja-se, por exemplo, a seguinte afirmação:

“E é nesse contexto [*de desenvolvimento*] que surge e se desenvolve o **nacionalismo** [*grifo do autor*]. Este movimento político é uma das manifestações mais abertas da burguesia industrial em ascensão. Como não teve forças suficientes para afirmar-se sozinha e impor as suas decisões às outras classes e aos outros grupos burgueses, ela foi obrigada a formular uma ideologia e um movimento orientados no sentido da preservação dos recursos e dos produtos do trabalho nacional.”⁴⁸

O nacionalismo surge como uma manifestação própria do período histórico em questão, analisado sob o ponto de vista da emergência de uma burguesia industrial. Tanto o nacionalismo quanto a ideologia do desenvolvimentismo são frutos do processo histórico destacado pelo autor:

“Por isso é que ele pode [*o nacionalismo*] polarizar grande parte das energias das classes assalariadas, pois que estas também se interessavam, ao menos ao curto prazo, por certas alterações das condições de produção e nas relações produtivas. E a ideologia do desenvolvimentismo, gerada no seio do nacionalismo, foi uma expressão desse processo.”⁴⁹

O desenvolvimento é, simultaneamente, o processo de mudanças das relações sociais e de produção da sociedade brasileira que ocorrem desde a década de 1930 e a ideologia forjada em conjunto com o nacionalismo que tinha por objetivo impulsionar o processo de industrialização brasileiro. Também essa ideologia é tida como sendo apenas possível pelo desenvolvimento da consciência histórica da sociedade brasileira. Ou seja, o desenvolvimento e o sentido da história brasileira se confundem. Entretanto, também a ideologia do desenvolvimentismo se localiza em um momento particular da história, da mesma forma que o populismo:

“não se pode esquecer que o desenvolvimentismo é também o resultado de uma decisão, em face das opções que a história oferece aos povos. Para que ele se dê, é imprescindível que se produza também uma consciência histórica nova, em que o futuro envolve, em certo grau, a negação do passado e do presente.”⁵⁰

O artigo de Ianni publicado para o livro em questão torna mais claro o real objeto das críticas do autor. Este não era o nacionalismo em si. Ao reconhecer o

⁴⁸ IANNI, Octavio. Processo Político e Desenvolvimento Econômico. IN: _____. **Política e Revolução Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. P. 27.

⁴⁹ Ibid. P. 28.

⁵⁰ Ibid. P. 50.

lugar histórico desse pensamento, este passa a ser encarado como um movimento político que, em algum momento, teve sua razão de ser. Algumas afirmações são relevantes para esse diagnóstico:

“Nos últimos quarenta anos, o povo brasileiro libertou-se dos limites acanhados em que foi forçado a construir a sua vida, lançou-se no caminho do desenvolvimento de suas forças produtivas, na renovação de sua organização social e na constituição de inúmeros projetos para o domínio do próprio futuro.”⁵¹

O referido trecho apresenta pontos em comum com o discurso do nacionalismo-desenvolvimentista. Boa parte dos êxitos assim com a importância que o nacionalismo teve para os mesmos é reconhecida juntamente com o fato de que o país atravessou por um momento de importantes transformações. O propósito de Ianni é pensar alternativas para que o processo de desenvolvimento permaneça em face de novos desafios postos pela história. De fato, o desenvolvimento e o crescente domínio do povo brasileiro sobre seu próprio futuro não é inexorável:

“São eles [*os acontecimentos recentes*] que dão substância e significação ao processo político nacional, determinado fundamentalmente pelas condições e tendências do desenvolvimento econômico-social da nação. As perspectivas do povo brasileiro, nos momentos de perplexidade que vem atravessando, são aqueles oferecidos por uma realidade complexa: democracia ou ditadura, com desenvolvimento econômico ou estagnação.”⁵²

Assim, o sentido da história brasileira nos últimos anos depende da ação humana e das opções corretas a serem tomadas. Para tanto, a análise da realidade não pode se pautar em ideologias, mas em uma análise científica. Dessa forma, Ianni retoma o ponto de vista disseminado na Escola Paulista para afirmar uma nova visão da realidade.

Quando publica, três anos mais tarde, o *Colapso do Populismo no Brasil*, a crítica da obra dirige-se principalmente ao fato de as esquerdas brasileiras não terem sabido enxergar corretamente a situação histórica em que se encontravam. O golpe militar, portanto, acirra a condenação à incapacidade das mesmas em se desvencilharem de uma explicação do mundo que se baseava em uma narrativa que era restrita a uma realidade específica dos anos de 1940 e 1950. As

⁵¹ Ibid. P. 13.

⁵² Ibid. P. 15.

instituições políticas do populismo tornam-se obsoletas e, quando se dissociam do desenvolvimento econômico, entram em colapso por não atenderem mais aos interesses da ascendente burguesia industrial. Por isso, ainda no capítulo do livro *Política e Revolução Social no Brasil*, Ianni afirmava:

“Nesse momento, contudo, se estiver preparado para movimentos políticos insurrecionais, o proletariado poderá empolgar a situação, assenhorear-se do poder e instaurar o socialismo.”⁵³

A condição para isso, entretanto, era especificada logo após:

“Esta interpretação, entretanto, necessita de alguns esclarecimentos suplementares. Ela põe as relações entre o proletariado e a burguesia em seus devidos termos. O fato de se considerar como necessário um processo revolucionário inicialmente burguês não significa que as contradições entre o proletariado e a burguesia não são determinantes, apesar do sistema capitalista no Brasil encontrar-se em formação. O que ocorre é que essas contradições, determinantes em uma sociedade que atingiu o estágio da brasileira, se encontram disfarçadas, submersas, sob as disputas entre as facções burguesas em luta pela apropriação de maiores parcelas do excedente econômico, implicando o poder político e a definição da política econômica (reforma ou conservação das instituições).

“[...] no estado presente das forças produtivas (agricultura exportadora, indústria nascente) e das relações de produção (tensões sociais no campo, crises institucionais), os conflitos entre as classes operária e burguesa não podem deflagrar-se com profundidade. À insuficiente maturação do sistema de classes se deve uma incompleta maturação das condições de existência e da própria consciência de classe. A consciência operária não avançou ainda para a fase política em que ela se constitui plenamente. E nesse processo, as lideranças não têm compreendido plenamente os seus papéis. Como elas concebem a presente configuração histórica em termos errôneos, a organização e o sentido da liderança se lançam em caminhos ambíguos, estéreis.”⁵⁴

É nesse ponto, da percepção da distância que se dá entre o próprio lugar de fala e aquele da realidade observada - que confere também um sentido ao conceito de populismo - que o conceito de desenvolvimento é ressignificado. O reconhecimento do papel desempenhado pelo desenvolvimentismo no passado recente não anula a importância de se averiguar a verdadeira natureza histórica do desenvolvimento e dos caminhos que se colocam, no momento em questão, ao povo brasileiro para permanecer no processo de domínio do próprio futuro.

O desenvolvimento deve ser apreendido a partir da ampliação e sofisticação das forças produtivas nacionais e a partir do crescente impulso dado pela luta de

⁵³ Ibid. P. 56.

⁵⁴ Ibid. Pp. 56-57.

classes à medida que o capitalismo nacional se desenvolve e se matura. Não é à toa que, em meio ao seu capítulo, há uma seção exclusivamente destinada à análise do processo da luta de classes na realidade brasileira e de seu desenvolvimento nos últimos quarenta anos. A partir da lógica da luta de classes, o conceito de desenvolvimento perde o caráter orgânico conferido pelo nacionalismo isebiano e passa a ser compreendido especialmente a partir da lógica de conflito. Deriva do caráter de luta de classes, também, a desconexão entre a esfera política e econômica que será um pressuposto importante do argumento utilizado por Ianni para explicar a derrocada do populismo.

A observação correta do processo de desenvolvimento, portanto, permite, em um primeiro momento, entender que o nacionalismo não pode ser tomado como um meio de interpretação universal da história brasileira, devendo, portanto, seus horizontes políticos serem questionados; e em um segundo momento, permite também a observação de outras possibilidades de desfecho histórico que não a simples estagnação econômica em caso de os projetos do nacionalismo não serem postos em prática. O desenvolvimento pode adquirir facetas diferentes do que aquela proposta pelo nacionalismo.

Essa possibilidade é explorada, justamente, por ocasião da queda da República de 1946 e com a publicação do *Colapso do Populismo no Brasil*. O conceito de desenvolvimento, já na perspectiva marxista que Ianni o havia conferido, se desenvolve para dois modelos diferentes, usados para explicar a passagem do projeto de desenvolvimento do nacionalismo para o que a ditadura militar pretendia promover⁵⁵. O primeiro, a partir do qual se organizou a democracia populista, é o modelo de desenvolvimento por substituição de importações, cuja principal característica é o fortalecimento do mercado interno e a crescente autonomia da economia nacional. O segundo modelo é o da interdependência, em que a indústria nacional se associa ao capitalismo internacional, aumentando seu acesso à tecnologia e ao mercado externo, ao passo que o país vê reduzidas suas possibilidades de autonomia no plano decisório.

Esse segundo modelo, de certa forma, seria inconcebível em um contexto de hegemonia do nacionalismo desenvolvimentista, ainda que seu início tenha se dado sob o governo de Kubitschek. A experiência do golpe militar, entretanto,

⁵⁵ Pretendia, pois no ano de produção e publicação do livro o crescimento econômico brasileiro ainda não havia deslanchado no que viria a ser conhecido como o milagre brasileiro.

viabiliza um conceito de desenvolvimento de tal natureza, ao passo que o nacionalismo seria próprio do primeiro modelo de desenvolvimento. Novamente, o golpe de 1964 opera como um marco cronológico entre dois momentos distintos na história brasileira. O desenvolvimento é o ponto em comum entre ambos.

Para o autor, as conquistas contraditórias obtidas durante as últimas décadas de história, orientada pelo desenvolvimento, só poderiam ser consolidadas a partir de uma real percepção dos processos sociais brasileiros. Nesse sentido, a afirmação nacional e uma verdadeira independência só poderia se completar quando as rupturas parciais, responsáveis pela formação de um ambiente social e político contraditório, se convertessem em uma ruptura total com os setores atrasados da sociedade brasileira.

Apesar de analisar o desenvolvimento nacionalista sob uma perspectiva distanciada e crítica, Ianni mantém uma argumentação que se assemelha, em alguns pontos, à argumentação nacionalista. Em primeiro lugar, Ianni incorpora diversos argumentos elaborados por Celso Furtado, importante interlocutor da CEPAL e do nacionalismo isebiano, para compreender o modelo de desenvolvimento por substituição de importações. Em segundo lugar, embora realce o lugar da luta de classes, Ianni não nega a contradição entre o elemento estrangeiro e o nacional. Afirma, contudo, que o triunfo do nacional sobre o estrangeiro depende de uma ruptura total em direção a um modelo de desenvolvimento socialista. Daí a necessidade de aprofundamento da consciência de classe do proletariado, que requeria, por sua vez, uma clara consciência do processo histórico que tomava lugar.

Em sua argumentação, Ianni se apropria da centralidade que o conceito de desenvolvimento havia adquirido no contexto do nacionalismo-desenvolvimentista, mas o lê em perspectiva. Para tanto, imagina dois modelos de desenvolvimento que se organizam segundo uma seqüência temporal, na história brasileira, que tem no golpe de 1964 seu marco divisor.

A partir da fundação do CEBRAP, em 1969, e da construção da idéia de um Milagre brasileiro, o desenvolvimento terá sua centralidade no discurso da Escola Paulista sob outra abordagem: a da crítica. Esse movimento não é irrelevante dado a importância que o conceito de desenvolvimento possuía, até então, como chave de interpretação da dinâmica do tempo histórico da sociedade brasileira.

2.2. A crítica ao desenvolvimento

A narrativa que analisa o nacionalismo em uma perspectiva distanciada tem no conceito de desenvolvimento um ponto chave. O referido conceito, que já era central no discurso nacionalista, é também incorporado pelo discurso dos intelectuais que têm na Escola Paulista sua principal referência acadêmica. Os trabalhos de Otávio Ianni, nesse sentido, sintetizam o movimento em que há, a um só tempo, a crítica elaborada a partir de um distanciamento político e intelectual, por um lado; e a incorporação de alguns conceitos centrais ao nacionalismo, como é o caso do conceito de desenvolvimento, por outro.

Este era central nos espaços do ISEB e da Comissão Econômica Para a América Latina, a CEPAL. A proximidade entre essas duas vertentes desenvolvimentistas durante a República de 1946 foi inegável, tendo Celso Furtado, principal nome brasileiro a discutir e promover idéias cepalinas no país, participado do governo de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, tornando-se próximo das forças políticas nacionalistas. Os intelectuais da Escola Paulista estavam fortemente inseridos nesse contexto de idéias.

Muitos desses intelectuais discutem ou incorporam, explícita ou implicitamente, as concepções desenvolvidas na CEPAL quando discutem o populismo ou o desenvolvimento brasileiro. O modelo de industrialização por substituição de importações e a importância da mudança no padrão dos termos de troca, importante ponto da teoria de Raul Prebisch, o mais conhecido intelectual cepalino, não são diretamente negados e por vezes incorporados.

A mencionada incorporação do conceito de desenvolvimento é uma evidência da complexa rede conceitual que confere sentido a determinada realidade social ou política. Pelo menos desde a década de 1940 o conceito de desenvolvimento adquire substância e é, em si, parte da realidade social brasileira, de modo que qualquer crítica ou análise dessa mesma realidade deve, quase necessariamente, passar pela crítica ao conceito de nacionalismo.

Já há, entretanto, em Otávio Ianni, uma tentativa visível de desconstrução de alguns aspectos do conceito de desenvolvimento tal como elaborado no contexto do nacionalismo. Em primeiro lugar, Ianni relaciona o nacionalismo a apenas uma etapa do processo de desenvolvimento brasileiro, se estendendo, este último, tanto ao momento histórico anterior como ao posterior – ou seja, também para após o golpe de 1964. Em segundo lugar, a dinâmica social que complementa

e dá vida histórica ao processo de desenvolvimento brasileiro é a luta de classes, e não tanto o embate político promovido pelo nacionalismo contra as forças tradicionais que se orientam para o mercado externo, por si só; perspectiva esta presente, por exemplo, no famoso livro de Helio Jaguaribe ⁵⁶. Desse modo, mesmo o nacionalismo é compreendido a partir da dinâmica de luta de classes que, por sua vez, tende a se aperfeiçoar e ganhar nitidez com o desenvolvimento, diferentemente do estado de incipiência na qual ela, a luta de classes, se encontrava nos anos de 1950 e de 1960, tornando-a uma marca da lógica social e política própria do populismo.

A perspectiva de Ianni, evidentemente, não resume o debate sobre desenvolvimento que tomou lugar ao final dos anos de 1960. O trabalho de Ianni é importante por mostrar, de forma bem acabada e nítida, de que maneira o conceito de desenvolvimento foi incorporado à narrativa da Escola Paulista no momento do golpe de 1964, colocando assim o nacionalismo em xeque. A crise em torno das propostas desenvolvimentistas e nacionalistas, contudo, foi maior e com conseqüências relevantes para os desdobramentos conceituais dos anos de 1970 e 1980.

É também no âmbito da Escola Paulista que emergirão as críticas ao desenvolvimentismo que irá adquirir maior legitimidade ao longo da década de 1970, tornando-se um importante orientador para as análises quanto ao milagre brasileiro. De fato, foi nesse contexto de forte crescimento econômico com visíveis impactos na sociedade brasileira que se aprofunda o debate e a crítica ao conceito de desenvolvimento. É importante realizar um breve mapeamento dessas discussões.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, em um artigo que procura mapear as principais interpretações econômicas sobre o Brasil ⁵⁷, menciona três que são de alguma importância para esta dissertação. Ainda que este debate envolva diversas variáveis e opiniões, interessa para esta dissertação três frentes intelectuais que de certa forma se complementam. Em primeiro lugar, o debate sobre a estagnação; em segundo, as teorias sobre a dependência; e, em terceiro lugar, as teorias funcionalistas. Todos os três debates se complementam por serem uma resposta ao

⁵⁶ JAGUARIBE, Helio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

⁵⁷ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Seis Interpretações sobre o Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, 5(3) 1982.

colapso do modelo de desenvolvimento proposto pelo nacionalismo-desenvolvimentista.

O debate sobre a estagnação, que tem em Celso Furtado uma referência central, é apontado pelo autor como uma consequência direta da ação política nacionalista pré-1964. O conjunto de propostas do discurso nacionalista conformaria um quadro fora do qual seria impossível promover o desenvolvimento econômico. Desse ponto de vista, o golpe militar seria apontado como um entrave ao desenvolvimento brasileiro. Daniel Pécaut relaciona a proliferação desse debate no momento posterior ao golpe com a crença de que o regime militar teria uma curta duração. Crença esta que seria em breve desconstruída.

Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp⁵⁸ apontam o livro de autoria de José Serra e Maria da Conceição Tavares, *Além da Estagnação*, como uma obra referência da contestação das teorias da estagnação. A tese defendida pelos autores é a de que o desenvolvimento econômico pode ser atingido mesmo sem a implementação de reformas distributivas, tal como proposto pelo nacionalismo, desde que fosse adotado um modelo de forte concentração de renda de abertura ao capital multinacional. Erguer-se-ia, dessa forma, um sólido mercado interno, ainda que restrito a uma pequena parcela da população e ao próprio setor produtivo, que por si só teria de consumir uma grande quantidade de produtos industrializados.

O próprio surgimento de teorias que enxergavam na estagnação econômica o futuro provável do Brasil sob um regime militar é uma evidência da centralidade que o conceito de desenvolvimento tinha para a narrativa do nacionalismo-desenvolvimentista. Por outro lado, é interessante notar o diálogo que se estabelece entre esta narrativa, que por vezes adquire um tom político intensamente atrelado à conjuntura, e trabalhos de caráter mais objetivo e técnico, embora igualmente políticos, na área das ciências econômicas. Embora o período de instabilidade econômica e lento crescimento que marcou o início do regime militar tenham dado algum respaldo para essas teorias, ela não resistiu aos sinais cada vez mais claros de aquecimento do parque produtivo brasileiro.

⁵⁸ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “Milagre” Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. 2. ed. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Nesse contexto, não é difícil enxergar como a mera possibilidade de desenvolvimento não fundamentada pelo nacionalismo tal como formulado no ISEB tira boa parte da força desta proposta política. Por outro lado, esse nacionalismo perde força por não ter conseguido promover o desenvolvimento que dele se esperava. Ainda que o modelo de substituição de importações tenha sido efetivo durante boa parte do século XX, é recorrente a afirmação de que ele se esgotou sem que houvesse sido criada uma dinâmica capitalista auto-suficiente. Essa chave de interpretação perde, paulatinamente, sua capacidade de conferir um sentido histórico à realidade social brasileira.

As discussões sobre a dependência, por um lado, e sobre as hipóteses funcionalistas, por outro, têm como pano de fundo tanto a herança da desconstrução do nacionalismo-desenvolvimentista como a contestação prática às hipóteses de estagnação econômica manifestas no milagre brasileiro. Luiz Carlos Bresser-Pereira afirma que no contexto do CEBRAP, ambas as discussões ganharam relevância, a ponto de ser difícil demarcar linhas exatas que definissem onde exatamente o autor está inserido, se em uma ou outra discussão⁵⁹. É importante destacar apenas que o espaço intelectual do CEBRAP tornou-se um ponto de referência para as análises do Brasil que surge no período do Milagre econômico. Também nessas análises o conceito de desenvolvimento ocupa um papel central, mas incorpora, nesse movimento, a experiência da desconstrução do nacionalismo.

Para o propósito dessa dissertação, duas obras foram selecionadas para serem analisadas. A primeira é um marco na discussão sobre dependência. Ainda que não tenha sido produzida no âmbito do CEBRAP, seu autor, Fernando Henrique Cardoso, foi o principal responsável pela fundação do instituto e levou para lá os principais argumentos que elabora no livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. A outra obra que será objeto de análise foi originalmente publicada nos *Estudos CEBRAP* e nos *Cadernos CEBRAP*, versão a partir da qual foram realizadas inúmeras republicações no formato de livro. A obra é a *Crítica à Razão Dualista*, de Francisco de Oliveira. A análise de ambos os trabalhos é relevante para observar de que modo o conceito de

⁵⁹ Ibid. P. 52

desenvolvimento é absorvido com o intuito de dar sentido à experiência do milagre brasileiro e qual espaço ele ganha na narrativa da Escola Paulista.

Ganha relevância, portanto, o debate em torno do conceito de dependência e sua relação com o desenvolvimento econômico. Afinal, dependência e desenvolvimento são dois conceitos que na linguagem nacionalista têm uma relação de oposição. A tensão que dela emana, inclusive, é responsável por boa parte da dinâmica histórica presente na narrativa do nacionalismo. Relacionar afirmativamente a dependência e o desenvolvimento é um movimento intelectual que desloca significativamente a carga semântica de ambos os conceitos.

O famoso livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicado em 1970, procura mostrar como a dependência não inibe o desenvolvimento econômico de determinado país. A existência de um espaço de autonomia permite que o Estado promova o desenvolvimento econômico em uma situação de dependência que pode, inclusive, ser reforçada com a industrialização. Escrito durante a estadia de Fernando Henrique em Santiago, no final da década de 1960, o livro mostra a relação simultânea de proximidade e crítica que os autores estabeleceram com a CEPAL ao diagnosticarem o anacronismo do uso de suas proposições no tempo em que escreviam.

A análise sugerida pelos autores integra tanto o processo econômico como o político de modo a entender a situação de dependência dos países da América Latina. Essa integração é operada por meio de uma abordagem que se apropria de conceitos de Marx e de Weber⁶⁰ para compreender as estruturas de poder e dominação de cada sociedade e sua relação com o progresso capitalista. Os conceitos de desenvolvimento e dependência são inseridos nessa lógica:

“[...] considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema econômico.”⁶¹

⁶⁰ VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. IN: SOUZA, Jessé. **O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1999.

⁶¹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 22.

Ou:

“É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo específico de conceito ‘causal-significante’ – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado – e não como conceito meramente ‘mecânico-formal’, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria ‘conseqüências internas’.”⁶²

A dependência, descaracterizada enquanto um conflito entre o elemento interno e o externo, se submete a uma lógica histórica diversa da que era promovida pelo discurso nacionalista. Ao considerar o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais, o autor identifica o verdadeiro processo histórico a partir do qual seria possível analisar e compreender a história recente brasileira.

A partir dessa análise a dependência surge, e só assim pode ser explicada, das relações políticas estabelecidas entre as classes a partir da dinâmica interna de cada país. Afinal, a dependência é o mecanismo de predominância de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. São os setores que estabelecem vínculos com o exterior que organizam a sociedade de modo a manter os laços econômicos vigentes.

A tese se desenvolve para explicar o processo de desenvolvimento industrial brasileiro a partir da análise das relações entre classes sociais do país frente à crise de hegemonia das classes agrárias historicamente vinculadas ao mercado externo. O desenvolvimento econômico propiciado por tal crise, entretanto, não significa uma passagem necessária do tradicional ao moderno. O estado de dependência não é próprio de uma fase, mas de formas de dominação que podem ser construídas politicamente e, portanto, não necessariamente constituem um empecilho ao desenvolvimento. Afirmam os autores:

“Os diferentes momentos históricos do capitalismo não devem ser estudados, pois, com um afã de encontrar sua repetição retardada nos países da periferia, mas para saber como se produziu, em cada momento particular, a relação entre periferia e centro.”⁶³

Pouco após afirma:

⁶² Ibid. P. 23.

⁶³ Ibid. P. 32.

“Fundamentalmente, a dinâmica que pode adquirir o sistema econômico dependente, no âmbito da nação, está determinado – dentro de certos limites – pela capacidade dos sistemas internos de alianças para proporcionar-lhe capacidade de expansão [...]

“Admitindo como válida essa interpretação, obter-se-á um marco da atividade das pressões em favor do desenvolvimento na América Latina que mostra, a respeito dos padrões europeus ou norte-americanos, não um desvio que se deve corrigir, mas um quadro distinto por sua situação periférica.”⁶⁴

Teorias sobre a modernização da sociedade - e os autores citam diretamente Gino Germani - são duramente criticadas, como os trechos acima permitem avaliar. No caso, a própria noção de que a modernização cumpre um trajeto similar em todos os países é posta em xeque.

O desenvolvimento e a modernização ocorrem dentro do contexto de relação entre periferia e centro, não necessariamente alterando a mesma. É perfeitamente plausível, ademais, que classes modernas e tradicionais se unam em uma aliança em torno do desenvolvimento econômico sem alterar fundamentalmente a relação entre classes ou a relação entre os grupos hegemônicos com o centro do capitalismo global. Logo, a suposta aliança entre setores populares e a burguesia industrial, por meio do nacionalismo, em prol do desenvolvimento brasileiro, perderia sentido.

Assim, três movimentos são realizados.

Em primeiro lugar, perde-se o caráter etapista do desenvolvimento brasileiro. Este não é mais concebido em um modelo de superação de fases. Pelo contrário, o que Fernando Henrique Cardoso chama de integração entre esferas política e econômica é uma tentativa de compreender o desenvolvimento por meio do paradigma marxista, no qual o crescimento da economia brasileira é movimentado pelos conflitos de classe, cada vez mais intensos e definidos. O modelo de substituição de importações poderia ter dado certo caso o mercado interno tivesse obtido uma dinâmica suficientemente forte para independe das importações de máquinas. Não foi, entretanto, o que ocorreu. Não há etapa superada. O que ocorre é um fracasso de determinado modelo de desenvolvimento e da correlata estrutura de dominação. Neste ponto, os autores já se diferenciam da perspectiva de Ianni.

⁶⁴ Ibid. P. 36.

Isso leva ao segundo movimento que toma lugar. A estrutura faseológica ou etapista insere-se em uma dinâmica histórica que se desdobra entre uma situação de completa dependência e outra de plena autonomia. O desenvolvimento e a ação política fomentariam o desenvolvimento e conduziriam o país à plena autonomia. O pressuposto desta lógica é o conflito latente entre os interesses estrangeiros e os interesses nacionais. Novamente, a obra de Fernando Henrique e Enzo Faletto procura mostrar que tal antítese só adquire sentido em um momento particular do desenvolvimento brasileiro, sendo tal dicotomia superada com o contínuo processo histórico do país. A crescente associação entre capitais nacionais e internacionais, iniciada no governo Kubitschek e continuada pela ditadura militar, não apenas foi possível como foi responsável pela retomada do crescimento econômico brasileiro.

Por fim, o desenvolvimento, dentro desta concepção, divorcia-se da idéia de modernização. Associado ao processo de incremento das forças produtivas nacionais, o desenvolvimento não necessariamente tem como corolário a modernização da sociedade, das classes ou das instituições políticas nacionais. A análise integrada, proposta por Cardoso e Faletto, tem justamente o objetivo de mostrar como a modernização social não é resultado do crescimento econômico. Pelo contrário, o crescimento econômico e uma forma própria de estrutura de dominação se entrelaçam, podendo a segunda ser formada por uma variedade de maneiras, demonstrada pelos autores no contexto da América Latina.

Os três pontos, de fato, estão entrelaçados, na medida em que a dissociação entre os conceitos de modernização e desenvolvimento complementam a idéia de que o país não pode ter sua história compreendida como a superação de etapas em direção à modernidade ou autonomia. Também a concepção de que o crescimento só seria possível com um mercado interno pujante foi derrubada. Ou melhor, o mercado interno realmente se fortaleceu, contudo, não foi graças a uma política de distribuição de rendas. Pelo contrário, foi sua concentração que possibilitou a dinamização recente da economia brasileira.

Em resumo, é possível afirmar que, na obra analisada, o desenvolvimento continua a ser um conceito fundamental para compreender a história recente da sociedade brasileira. Entretanto, sua carga semântica foi dissociada de importantes objetivos políticos postos pelas forças nacionalistas na década anterior, como a autonomia nacional, a distribuição de renda e uma política de reforma agrária.

Não há, na obra de Cardoso e Faletto, um rancor contra o nacionalismo-desenvolvimentista. Pelo contrário, ambos reconhecem que, em determinado momento, as teses elaboradas nesse contexto adquiriam um importante sentido. Contudo, o desenvolvimento econômico brasileiro provou o enganado dessas teses. A crítica a este conceito, na obra analisada, se diferencia da de Ianni por distanciá-lo ainda mais dos propósitos nacionalistas. Não possui relação com a modernidade, não se desenrola em uma linha histórica que possa ser prevista – portanto, não necessariamente o país trilharia o mesmo caminho traçado pelos países centrais – e não contrapõe os interesses estrangeiros aos interesses nacionais.

Bresser-Pereira menciona uma última chave interpretativa relevante para este debate: a emergência das teorias funcionalistas. Segundo o autor, tais teorias pensavam o Estado como um mero instrumento do processo de acúmulo de capital. Pensar que o mesmo estaria em uma disputa que envolveria, inclusive, setores da burguesia de tendência nacionalista não teria fundamento de acordo com esta vertente teórica. Nega-se, portanto, conflitos intra-burguesia em função de uma harmônica e contínua acumulação capitalista. Para Daniel Pécaut, tal teoria ganha relevância em um ambiente de autoritarismo e forte crescimento econômico⁶⁵.

O funcionalismo, tal como desenvolvido no âmbito do CEBRAP, em especial na obra selecionada para a análise, guarda maior proximidade com o forte crescimento econômico brasileiro no início da década de 1970. Esse fenômeno já seria uma constante nos debates do CEBRAP. Bernardo Sorj chama a atenção, por exemplo, para as análises demográficas ou para o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, encomendado pela Arquidiocese de São Paulo e que se tornou a primeira obra do instituto a alcançar grande sucesso de vendas.

Isso ocorre principalmente em decorrência da crescente desigualdade de renda e riqueza no país em resultado do Milagre econômico. Em meados da década de 1970, ainda no auge do crescimento econômico, o regime já começa a sofrer fortes críticas por conta da situação social que se evidenciava nas grandes regiões metropolitanas. As primeiras eleições em que o MDB conseguiu um resultado significativo foram as de 1974 e tiveram como mote a crítica ao modelo

⁶⁵ PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

de desenvolvimento promovido pelo regime. Boa parte das críticas era construída no âmbito do CEBRAP; não à toa, já a partir dessa época alguns intelectuais começam a colaborar na construção do discurso de oposição utilizado pelo MDB. É nesse contexto, portanto, que a crítica ao desenvolvimento adquire uma força cada vez maior.

O livro *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, por sua vez, torna-se uma importante referência das idéias discutidas no instituto. Publicado originalmente na revista *Estudos CEBRAP*, em 1972, o ensaio é uma tentativa de se compreender a expansão capitalista no Brasil ao mesmo tempo em que tece pesadas críticas à lógica dualista do nacionalismo. A crítica econômica promovida no trabalho é também tributária da filosofia econômica de cunho marxista. O autor explicita, logo no início, o objeto de sua crítica:

“A dualidade reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas [...] Mas ainda assim o prestígio dos economistas penetrou largamente as outras ciências sociais, e se tornaram caudatárias: ‘sociedade moderna’-‘sociedade tradicional’, por exemplo, é um binômio que, deitando raízes no modelo dualista, conduziu boa parte dos esforços na Sociologia e na Ciência Política a uma espécie de beco sem saída [...]”⁶⁶

A história brasileira teria por fio condutor não a modernização, mas a lógica de acumulação própria do capitalismo global. Entende-se pelo conceito de modernização a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, cuja referência são os países centrais. Desse modo, o significado do conceito de modernização, tal como Francisco de Oliveira atribuiu ao modelo cepalino, tem por referência as nações, e não o paradigma social da luta de classes:

“a história e o processo da economia brasileira no pós-anos 30, contém alguma ‘especificidade particular’; isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista – que é a tese deste ensaio –, mas esta expansão não repete nem reproduz ‘ipsis literis’ o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado. Incorpora-se aqui, desde logo, a advertência contida em numerosos trabalhos, de não tomar-se o ‘classicismo’ do modelo ocidental como ‘regra estrutural’.”⁶⁷

⁶⁶ OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 4. ed. Petrópolis. Editora Vozes; CEBRAP, 1981. P. 11.

⁶⁷ Ibid. P. 37.

A lógica dualista, cujo principal promotor, segundo o autor, é a CEPAL, não daria conta de explicar o movimento histórico responsável pelas alterações das estruturas sociais e políticas. Assim, o próprio processo histórico brasileiro denunciaria a falsidade da lógica dualista, que se move entre o nacional e o estrangeiro ou entre o atraso e o moderno, e despreza a visão a partir do processo de acumulação capitalista, ao qual se submete também o Estado, inclusive no regime inaugurado em 1964.

Um dos argumentos utilizados pelo autor é o que, segundo ele, constituiu-se uma falsa interpretação sobre o inchaço do setor terciário brasileiro. Ao invés de indicar uma sociedade civil forte e padrões de desenvolvimento constatados em países de economia capitalista madura, o terciário brasileiro encontra-se em boa parte ligado ao crescimento do mercado informal. A função de tal mercado seria justamente prover subsistência barata à grande massa de mão de obra necessária à industrialização nacional sem que, com isso, torne-se essa mão de obra cara. Ou seja, é uma forma de criar uma clivagem dentro do mercado interno brasileiro, em que, de um lado, existe o comércio intra-firma e uma classe média alta com grande poder aquisitivo, e, de outro, uma grande massa cujo baixo poder aquisitivo é uma pré-condição do desenvolvimento do país. É desnecessário dizer que tal modelo de desenvolvimento vai de encontro às importantes plataformas do nacionalismo e tiram força do argumento utilizado pelo mesmo em prol do desenvolvimento. Por isso também afirma o autor que o que motivou a industrialização brasileira não foi o consumo, mas sim a própria necessidade de acumulação.

Também o uso do conceito de populismo mostra que o argumento do autor se move no mesmo contexto de observação crítica do nacionalismo. Insere-se em uma narrativa que se desenvolve, pelo menos, desde os primeiros trabalhos de Florestan Fernandes, e com crescente legitimidade social desde meados dos anos de 1960:

“Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora. Entre essas

duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das ‘especificidades particulares da expansão do sistema.’⁶⁸

A crítica à hipótese de modernização é contestada e tratada como uma prisão ao pensamento científico social brasileiro. A lógica dualista, tal como no livro *Dependência e Desenvolvimento*, é desconstruída e com ela o sentido histórico orientador de ações políticas que havia sido construído em torno do conceito de desenvolvimento. O atraso e o moderno convivem no desenvolvimento brasileiro. Logo, o que o move não é a modernização, mas a necessidade de acumulação do capital.

A crítica de Francisco de Oliveira é relativa à permanência de interpretações tributárias da CEPAL para explicar o milagre brasileiro. O autor atualiza as críticas ao nacionalismo para apreender uma realidade de rápida acumulação capitalista, própria do Milagre brasileiro, e o relaciona crescentemente ao ambiente de autoritarismo que também conforma tal experiência. O Milagre, nesse sentido, contribui para o fortalecimento da narrativa histórica promovida pelos intelectuais paulistas em fins da década de 1960. O conceito de desenvolvimento é elaborado dentro de uma narrativa que surge na crítica ao nacionalismo-desenvolvimentista e se desenvolve na crítica ao modelo econômico do regime militar.

Embora cite diretamente Cardoso e Faletto, Francisco de Oliveira deixa claro sua diferença com relação à teoria da dependência. Não há, segundo o autor, momentos de rusgas e disputa entre setores da burguesia. A lógica do acúmulo de capital é tão predominante no processo histórico da sociedade brasileira que diminui em importância os conflitos sociais realçados pelos autores de *Dependência e Desenvolvimento*.

Entretanto, ambas as obras têm um ponto em comum. Elas desenvolvem a crítica ao conceito de desenvolvimento a ponto de tornarem o mesmo conceito incompatível, em sua amplitude histórica, com os projetos do nacionalismo-desenvolvimentista. O horizonte futuro previsto por essas forças políticas é dissolvido pelo novo conceito de desenvolvimento ao mesmo tempo em que o milagre brasileiro conferia legitimidade à releitura do desenvolvimentismo que era realizada.

⁶⁸ Ibid. P. 39.

O ponto fundamental realçado por ambas as obras em sua crítica é: o desenvolvimento não tem como corolário a modernização da sociedade. Ou seja, o desenvolvimento não pode ser interpretado como uma forma de superar etapas em direção a um futuro supostamente desejado, pois ele obedece à lógica da luta de classes e da acumulação de capital, e não tem nas nações a sua referência, como era suposto pelo nacionalismo e, de certo modo, pelas teorias da modernização. Nesse sentido, os autores diferem, inclusive, das primeiras formulações do conceito de populismo feitos no âmbito da Escola Paulista.

O livro *Dependência e Desenvolvimento* atribui certo peso à questão nacional, no entanto essa referência só é relevante, como deixam claro os autores, naquele contexto histórico em particular, não sendo, de forma alguma, um aspecto semântico que necessariamente permeia o conceito de desenvolvimento. Há pontos de contraste entre a obra de Francisco de Oliveira e de Cardoso e Faletto. O que pode ser notado, contudo, é o aprofundamento da crítica ao desenvolvimentismo no âmbito do CEBRAP no início dos anos de 1970.

Nesse sentido, ao levar ao extremo a crítica ao nacionalismo, outro ponto significativo do novo conceito de desenvolvimento que se desenvolvia no contexto lingüístico do CEBRAP ganha relevância: a relação crescente entre autoritarismo e desenvolvimento.

O crescimento do Estado junto com o processo de desenvolvimento brasileiro não é um ponto novo na narrativa da Escola Paulista. Tanto Ianni quanto Weffort chamaram a atenção para o fato de que, em suas primeiras décadas, a ascensão da burguesia industrial teve que se estabilizar em um frágil equilíbrio de classes e, desse modo, se apoiar no Estado, que por sua vez viu sua soberania crescer sobre a sociedade civil. Octavio Ianni chama a atenção para o fato de que as instituições políticas do trabalhismo e do nacionalismo exerceram um papel crucial como obstáculo ao desenvolvimento da consciência de classe do operariado urbano-industrial. O Estado, nesse argumento, atua de forma a impedir a modernização da sociedade civil brasileira.

Já nessa argumentação há um forte vínculo, como não poderia deixar de haver, entre o processo de desenvolvimento e a presença de um Estado forte como elemento essencial para a indução do crescimento econômico. O desenvolvimento, nesse sentido, se opõe à modernização da sociedade civil. Há, durante o período do milagre, uma radicalização da crítica ao autoritarismo do

Estado brasileiro. O novo processo que se dá, ao clarificar o caráter do desenvolvimento nacional, também se associa a um novo tipo de autoritarismo.

Sob diversos aspectos, ele é uma continuação da situação anterior. Essa perspectiva é mais forte em Francisco de Oliveira, conforme demonstra a citação abaixo:

“O sistema evidentemente se move, mas na sua recriação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-64, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas. Sob esse aspecto, o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, ou seja, uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão.”⁶⁹

A crítica de Francisco de Oliveira ao desenvolvimentismo é tão profunda que ele desfaz, pelo avesso, o que os escritos dos intelectuais paulistas imediatamente após o golpe haviam feito: a eleição do golpe de 1964 como um marco cronológico fundamental na história brasileira. Como foi escrito no capítulo anterior desta dissertação, a escolha do golpe como um ponto de ruptura na história brasileira, em especial quando se compara o livro de Ianni de 1968 com seu artigo escrito em 1963, decreta o fim do nacionalismo-desenvolvimentista em um momento em que diversas forças políticas da República de 1946 se movimentavam para organizar uma oposição aos militares.

A desconstrução do desenvolvimentismo é tamanha em Francisco de Oliveira que esse marco cronológico perde a importância, na medida em que ele não enxerga uma diferença significativa entre o processo de desenvolvimento anterior e posterior ao golpe. Diferentemente de Ianni, que enxerga dois modelos de desenvolvimento distintos, o autor da *Crítica à Razão Dualista* vê pequenas diferenças, não significativas perante o processo global:

“A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa da máscara.”⁷⁰

⁶⁹ Ibid. P. 75.

⁷⁰ Ibid. P. 13.

Essa percepção não é tão radical no trabalho de Cardoso e Faletto. Por darem grande ênfase ao conceito de desenvolvimento, esses autores não negam as constantes transformações pelas quais o país passa desde que ingressou na era industrial. Em virtude dessa percepção, os conceitos de crise e transição são pontos-chave na argumentação dos autores. Veja-se o conceito de transição:

“Com efeito, por ‘período de transição’ entender-se-á o processo histórico-estrutural em virtude do qual a diferenciação da própria economia exportadora criou as bases para que, na dinâmica social e política, comessem a fazer-se presentes, além dos setores sociais que tornaram possível o sistema exportador, também os setores imprecisamente chamados ‘médios’.”⁷¹

A esse conceito, de transição, atrela-se, por sua vez, o de crise:

“Nesse sentido, não há que diminuir importância ao fato de que a crise do modelo de crescimento para fora, em seus aspectos econômicos, gerou-se no exterior [...]”⁷²

E pouco após:

“A crise desse sistema político, precipitada pela pressão dos novos grupos sociais criados pelo dinamismo do próprio sistema exportador, variou de acordo com a intensidade e a forma em que atuaram conjuntamente dois processos: as modalidades particulares de dominação que se consolidaram para dar lugar ao sistema exportador e à diferenciação do sistema produtivo nacional, em função dos quais se foi formando lentamente uma economia urbano-industrial e desenvolveram-se setores novos e paralelos na própria economia exportadora.”⁷³

Ambos os conceitos são utilizados com o propósito de vincular as transformações de ordem política, social e econômica que decorrem, ou ainda, que estão na própria origem do desenvolvimento. Por outro lado, a recente mudança no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro é alvo da própria investigação dos autores. Há, na visão desses, uma internacionalização do incipiente mercado interno:

⁷¹CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 53.

⁷² Ibid. P. 54.

⁷³ Ibid. P. 56.

“Reorganizam-se, com essa nova modalidade de desenvolvimento, a própria estrutura do sistema produtivo e o caráter do Estado e da sociedade, que expressam a relação de força entre os grupos e as classes sociais, para dar lugar ao sistema capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos: na periferia do mercado mundial e por sua vez nele integrado.”⁷⁴

Há uma passagem do chamado Estado populista, próprio do período anterior de acumulação, que conciliava os interesses das massas emergentes e da burguesia industrial, que fortalecia o mercado interno e fomentava a industrialização do país, ao chamado Estado-empresarial, responsável por articular os interesses econômicos entre as multinacionais, a indústria nacional e as grandes empresas públicas. Do ponto de vista interno, o autor aponta para a falência do modelo populista:

“Não obstante, a significação desses golpes militares – e de seus desdobramentos – foi distinta do que ocorria no passado com a tomada do poder por caudilhos militares. Atualmente são as Forças Armadas, como corporação tecno-burocrática, que ocupam o Estado para servir a interesses que acreditam ser os da Nação. Essa passagem é decisiva. Aniquilam-se os setores políticos tradicionais – expressão no seio do Estado da dominação de classe do período populista-desenvolvimentista – e procura-se transformar a influência militar permanente em condição necessária para o desenvolvimento e a segurança nacional, graças à roupagem de uma espécie de árbitro tecnocrático com que se pretende revestir as intervenções militares na vida econômica, política e social.”⁷⁵

E conclui, posteriormente:

“Descrevemos também como os grandes temas da política do período correspondente à tentativa de formação e fortalecimento do mercado interno e da economia nacional – o populismo e o nacionalismo – foram perdendo substância e redefinindo-se em função do novo caráter de dependência.”⁷⁶

A transformação do Estado em um mecanismo empresarial, orientado por valores tecnocráticos, evidencia o profundo vínculo que o mesmo estabelece com o processo de acumulação de capital. Novamente, estabelece-se a relação entre Estado, autoritarismo e desenvolvimento. É nesse ponto, contudo, que se esclarece não apenas os elementos novos do processo histórico brasileiro, como também seus traços de continuidade. Mesmo em face de todas as transformações citadas,

⁷⁴ Ibid. P. 114.

⁷⁵ Ibid. Pp. 134-135.

⁷⁶ Ibid. P. 142.

sem as quais seria impossível compreender o processo de industrialização, há espaço para que alguns elementos de continuidade sejam notados; elementos que perpassam todo o processo de desenvolvimento nacional:

“De fato, a passagem do regime democrático-representativo (que de uma ou de outra forma sobreviveu com o Estado desenvolvimentista e com a política de massas durante o período inicial de expansão industrial) ao regime autoritário-corporativo, que se apresenta como a alternativa provável nas condições políticas e econômicas atuais, faz-se por intermédio de revoluções nas quais são as grandes organizações nacionais, como o exército e a burocracia pública, mais que as burguesias nacionais e internacionalizadas, que atuam e se reorganizam. [...] Entretanto, na situação latino-americana, a partir do chamado período de transição, a expressão política da burguesia urbano-industrial – diferentemente das burguesias agro-exportadoras no passado – esteve mais diretamente vinculado ao Estado através de grupos de pressão ou de ocupação de cargos no aparato estatal, que à existência de ‘partidos de classe’. De igual maneira, os assalariados estiveram agregados mais como sindicalistas, sob a tutela do Estado, que como militantes de partido.”⁷⁷

Dentre a distinção, que os autores procuram deixar clara, entre um momento histórico e outro, há uma tentativa de explicação do presente autoritário por meio do passado recente, nacional-populista. Mesmo com inúmeras diferenças entre os argumentos apresentados por esses autores e os apresentados por Francisco de Oliveira, há esse ponto em comum: um traço de continuidade entre passado e presente em função da situação presente. Nesse caso, embora haja uma distinção, entre o momento anterior e posterior ao golpe militar, no modelo político adotado e na função desempenhada pelo Estado dentro do processo de desenvolvimento, a forte presença deste é algo que perpassa ambos os momentos. É por meio do Estado que o processo de acumulação se dá e, ainda que de formas diferentes, é por meio dele que os interesses de classes adquirem força política e predominância social, ainda que não dentro do modelo clássico estipulado pela tradição ocidental.

Nesse sentido, os autores deixam claro o que caracteriza o modelo brasileiro ao opô-lo ao que é considerado próprio dessa tradição européia. A relação corporativa e burocrática com o Estado inibe, por um lado, uma clara definição dos interesses e da consciência de classe, por meio de partidos políticos que a expressem genuinamente; por outro lado, processo semelhante ocorre com os assalariados, que por meio dos vínculos com sindicatos tutelados, não

⁷⁷ Ibid. P. 134.

desenvolvem plenamente uma consciência homogênea de sua posição na sociedade. Nesse ponto, o desenvolvimento se dissocia da modernidade justamente por ser aquele dependente da presença de um Estado forte e cuja soberania se sobrepõe ao espaço reservado à sociedade civil. O rompimento, que a crítica ao desenvolvimento provocou, entre este conceito e o de modernização, começa a adquirir consistência histórica por meio do conceito de autoritarismo.

Desse modo, um velho argumento da Escola Paulista é retomado para definir o regime político que emerge com o regime militar. Para tanto, a presença soberana do Estado sobre a sociedade civil durante o período denominado populista é reforçado, diminuindo, dessa forma, a clivagem entre os dois momentos históricos previamente incorporados por autores dessa mesma Escola, dentre os quais se destaca Octavio Ianni. Por outro lado, o desenvolvimento, ainda que permaneça sendo um importante conceito e continue a exercer a função de condutor da narrativa da Escola Paulista, deixa de ser valorado positivamente no que se refere ao horizonte de expectativas que engendra.

Existe ainda um ponto em comum que será destacado nesse trabalho entre os livros de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, por um lado, e o de Francisco de Oliveira, por outro. É a permanência da demarcação cronológica estipulada pela narrativa nacionalista, que entendia a década de 1930 como um momento fundamental para o processo de industrialização do país. Com essa demarcação cronológica, permanece também a ênfase no conceito de desenvolvimento e a centralidade deste na narrativa elaborada pela Escola Paulista. O conceito de desenvolvimento, por sua vez, evidencia uma consciência de tempo acelerado, em seu cronótopo moderno, do qual a Escola Paulista não se desfez, mesmo ao deflagrar um processo de profunda crítica ao referido conceito.

Essa situação ocorre, em parte, devido à consciência pessimista do futuro que estava por vir. Um sentimento mais otimista necessário para embasar propostas de mudança política e de ação política, demandaria a emergência de novos conceitos ao lugar central até então ocupado pelo desenvolvimento.